

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DIGITAL E CYBERSEGURANÇA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DIGITAL E CYBERSEGURANÇA

DISCIPLINA: SEGURANÇA DIGITAL
RESUMO
Certamente, você já tem ideia do que representa o termo segurança, pois tem ouvido isso desde que era pequeno. Em sua infância, essa segurança estava associada à forma de agir, ou seja, em fazer as coisas “com segurança”. Porém, naquela época, a segurança era “aplicada” pelos adultos, que estavam constantemente preocupados com a segurança de seus filhos, e sempre repetindo: “Cuidado para não se machucar”.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 2 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 3 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 4 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 5 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 6 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• TOMAZ, Raphael. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.• PINHEIRO, Patrícia Peck. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022. processo/0001536-39.2017.5.17.0006/2. Acesso em: 3 ago. 2021

DISCIPLINA: GOVERNANÇA DE TI E DIREITO CIBERNÉTICO
RESUMO
A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS TEMA 2 - GOVERNANÇA ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
AULA 2 INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL GREEN IT E SUSTENTABILIDADE ENERGIA LIMPA E LEAN ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA
AULA 3 QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI BOAS PRÁTICAS DE TI NORMAS ISO/IEC FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI
AULA 4 ITIL ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI CERTIFICAÇÃO
AULA 5 ISACA E COBIT COBIT 5 MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI GOVERNANÇA E GESTÃO IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

AULA 6

ITIL X COBIT
GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)
GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS
MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)
TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

BIBLIOGRAFIAS

- THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. The Principles of Universal Design. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.
- CACAU SHOW. Disponível em: www.cacaushow.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.
- GIACOMELLI, G. et al. Governança corporativa. Porto Alegre: Sagah, 2017.

DISCIPLINA:

GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as Minformações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTADA POR TIC
GURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL SEGURANÇA DA
TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS TRATAMENTO DOS
RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROCESSO
DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO CRIPTOGRAFIA
SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE
TRÁFEGO REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>. Acesso em: 12 set. 2018
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaber, 2017.
- KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014

DISCIPLINA:

DIREITO NA ERA DIGITAL

RESUMO

Nesta etapa, abordaremos alguns temas gerais do próprio direito, como seu conceito, sujeitos, objetos salvaguardados e ramificações. Também falaremos sobre a adequação do direito no contexto da chamada era digital, haja vista a necessidade de tutela das relações surgidas no bojo dessa nova realidade, marcada pela propagação e consolidação da internet, bem como do comércio eletrônico. Por fim, finalizaremos nossos estudos com um panorama acerca dos principais dispositivos legais aplicáveis às relações firmadas no âmbito digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O DIREITO NA ERA DIGITAL
A INTERNET E SEU PAPEL NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL
MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI N. 12.965/2014)

AULA 2

INTRODUÇÃO
PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR
PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR NO E-COMMERCE
CRIMES INFORMÁTICOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA
PENALIDADES DA PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA
OFERTA NA ERA DIGITAL
REVOGAÇÃO DA OFERTA, LIBERDADE ECONÔMICA E PAPEL DO SAC

AULA 4

INTRODUÇÃO
PARTES E LOCAL DO CONTRATO ELETRÔNICO
CONTRATOS ADESIVOS E CONEXOS DE CONSUMO
ASSINATURA DIGITAL E CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA
INCIDÊNCIA DO CDC NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
AUTORREGULAMENTAÇÃO DO SETOR
CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA - (CONAR)
FAKE NEWS
CONCURSOS E PREMIAÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
DIREITOS
AUTORAIS
PROPRIEDADE INDUSTRIAL
INPI
PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DIGITAL: DESAFIOS

BIBLIOGRAFIAS

- GONÇALVES, V. H. P. Marco Civil da Internet Comentado. São Paulo: Atlas, 2017. GEN, 2020.
- HOFFMANN-RIEM, W. Teoria Geral do Direito Digital. Rio de Janeiro: Grupo
- NADER, P. Introdução ao estudo do Direito. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020.

DISCIPLINA:

SISTEMA FINANCEIRO DIGITAL

RESUMO

Nesta disciplina trataremos dos principais mercados, instituições e normas que formam o sistema financeiro. Iniciaremos pelos conceitos básicos, tais como poupança, moeda, ativos financeiros, meios de pagamento, entre outros que irão auxiliá-lo(a) na compreensão básica acerca do sistema financeiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1

CONCEITOS BÁSICOS, BALANÇO DAS INSTITUIÇÕES E FUNÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO
MERCADOS FINANCEIROS: MONETÁRIO E DE CRÉDITO
MERCADOS FINANCEIROS: DE CAPITAIS E CAMBIAL
JUROS, MERCADO DE AÇÕES E DERIVATIVOS
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

AULA 2

SISTEMA FINANCEIRO TRADICIONAL ANTES DE 1960
NOVA ORDEM MONETÁRIA INTERNACIONAL A PARTIR DE BRETTON WOODS
SISTEMA FINANCEIRO DE 1960 A 1980 – PRIMEIRAS INOVAÇÕES

INOVAÇÕES FINANCEIRAS DA DÉCADA DE 1980 – APÓS A CRISE DO PETRÓLEO
DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO ATÉ O FIM DA DÉCADA DE 1990

AULA 3

MERCADO FINANCEIRO PÓS 2000

CRISE FINANCEIRA DE 2008

NOVA ORDEM FINANCEIRA PÓS-CRISE DE 2008

DESCENTRALIZAÇÃO E A REVOLUÇÃO FINANCEIRA DIANTE DAS INOVAÇÕES: UM NOVO PARADIGMA?

BANCOS TRADICIONAIS COMO ECOSSISTEMAS DIGITAIS: COMO ADAPTAR?

AULA 4

SERVIÇOS FINANCEIROS EM MEIO AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

CROWDFUNDING

AS FINTECH, A ARBITRAGEM REGULATÓRIA E A ASCENSÃO DOS BANCOS

SOMBRAS (SHADOW BANKS)

BLOCKCHAIN: PÚBLICO, PRIVADO E HÍBRIDO

BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS E MERCADO FINANCEIRO

AULA 5

INTRODUÇÃO AO MERCADO DE MOEDAS VIRTUAIS PEER-TO-PEER

CIRCULAÇÃO NO CIBERESPAÇO E AS PROPRIEDADES DA CRIPTOMOEDA

BITCOIN: VISÃO GERAL, OFERTA E REDES DE TRANSAÇÕES

BITCOIN: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

CIRCULAÇÃO, O PROBLEMA DA SEGURANÇA E O MERCADO REGULATÓRIO PARA BITCOIN

AULA 6

FOREX: O QUE É E COMO FUNCIONA

O QUE SÃO E QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS EXCHANGES BRASILEIRAS

BRASIL E A REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS

NOVA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO COM A REVOLUÇÃO DIGITAL

REVOLUÇÃO FINANCEIRA SEM BANCOS: SERÁ O FIM DESSAS INSTITUIÇÕES?

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2019.
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Quem somos. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 24 ago. 2019.

DISCIPLINA:

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NA ERA DIGITAL

RESUMO

Comportamento do consumidor consiste em um estudo que avalia as motivações de compras ou não das pessoas em relação a determinado produto ou marca. Combina elementos da psicologia, sociologia, economia e antropologia social. Além disso, busca entender como o consumidor, seja ele individual ou coletivo, toma sua decisão de compra, levando em consideração questões comportamentais, demográficas, culturais, em uma

tentativa de compreender os desejos e as necessidades das pessoas. Também busca avaliar a influência que o consumidor recebe de grupos, como famílias, amigos, grupos de referência e sociedade em geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- REDAÇÃO E-COMMERCE BRASIL. BRASILEIRO adquire novos produtos, mas ainda preza pelo preço, diz Nielsen. E-commerce Brasil, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/consumidor-brasileiro-adquire-novos-seguimentos-de-produtos-mas-ainda-preza-pelo-preco-diz-nielsen/>. Acesso em: 22 janmar. 2020.
- NIELSEN. OS CINCO perfis do consumidor no Brasil segundo a Nielsen. Consumidor Moderno, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2019/06/21/cinco-perfis-consumidor/>. Acesso em: 22 janmar. 2020.
- SEBRAE. Entenda o comportamento dos consumidores. 2016. disponível em: www.sebrae.com.br. https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivos_chronus/b

ds/bds.nsf/36236fe14d96aca40e86467deae7e098/\$file/7488.pdf. Acesso em: 02
jan23 mar. 2020.

DISCIPLINA:

DIREITO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE DIREITO
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
FONTES DO DIREITO
CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM
VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

AULA 2

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR LEI DE
SOFTWARE (LEI 9.609/1998)
CONTRATO DE LICENÇA DE USO PIRATARIA DE SOFTWARE
RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES
DE PIRATARIA DE SOFTWARE

AULA 3

O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL
O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL
O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC A
PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC DEVERES DO
FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

AULA 4

BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTORREGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE
NOS NEGÓCIOS DIGITAIS
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET DOS
DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET
DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE
APLICAÇÃO DE INTERNET
A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS
POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO

AULA 5

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES

AULA 6

CRIMES VIRTUAIS
A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES
PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMÁTICOS
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0
PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: 2018. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- _____. Decreto-Lei n. 4.647, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 set. 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.

DISCIPLINA:

CRIMES CIBERNÉTICOS

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO TEMA 2 - DIREITO PENAL
DIREITO CIVIL
DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL
O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AULA 3

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET
DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO
POR TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS
OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA
TRANSPARÊNCIA
DOS DIREITOS DO TITULAR
A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA
DE DADOS

AULA 5

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS
DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP
ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO
MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

AULA 6

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS
LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS
A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS
A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS
TECNOLOGIAS

BIBLIOGRAFIAS

- NUCCI, G. de S. Manual de Direito Penal. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 4 nov. 2021.

DISCIPLINA: DIREITO DIGITAL APLICADO
RESUMO
O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA
AULA 2 INTRODUÇÃO PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM REDES SOCIAIS: O QUE SÃO? PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT
AULA 3 INTRODUÇÃO A SOCIEDADE DE ALGORITMOS VIESES DE ALGORITMOS O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA? COMPLIANCE DE ALGORITMOS
AULA 4 INTRODUÇÃO AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET O DIREITO AO ESQUECIMENTO NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS
AULA 5 INTRODUÇÃO CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD
DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA SANÇÕES
DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?
O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- FUCS, J. Por que a tarifa zero é inviável. Revista Época, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/por-que-btarifa-zerob-einviavel.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- FACEBOK. Termos de Uso. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/terms>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- FREITAS, C. O. de A.; CAMPOS, F. H. F. de. Homo Consumens em Campus Algorítmicos: Proteção da Vulnerabilidade Enquanto Direito Fundamental e a Lei Geral de Proteção de Dados. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 46, n. 146, p.63-90, jun., 2019.

DISCIPLINA:

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

HOMO

SAPIENS

A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO

DIREITO À CONVIVÊNCIA E AS LEIS

AS LEIS E OS CÓDIGOS

A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

AULA 2

INTRODUÇÃO

CRIME

DOLO E CULPA

CRIMES CONTRA A HONRA

AS TECNOLOGIAS E O CRIME

CIBERNÉTICO A PROVA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ONDE OCORREM OS CRIMES

CIBERNÉTICOS A INTERNET, DEEP WEB E

DARK WEB

OS LOGS

ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

AULA 6

INTRODUÇÃO
ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- GONÇALVES, V. H. P. MARCO CIVIL DA INTERNET. SÃO PAULO: ATLAS, 2017
- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaber, 2016

DISCIPLINA:

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos.

Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscollegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>. Acesso em: 24 maio 2023.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de->

documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?. Acesso em: 4 maio 2023.

- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS
RESUMO
A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO OS OBJETIVOS DA AUDITORIA AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A) ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA
AULA 2 DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A) AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS
AULA 3 O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS OS DETALHES DO PLANEJAMENTO A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES
AULA 4 FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTROLES INTERNOS EM TI, PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS TIPOS DE CONTROLES INTERNOS AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
AULA 5 COMPLIANCE NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS COBIT

ITIL
NORMA ISO 17799

AULA 6

FERRAMENTAS DE AUDITORIA

FERRAMENTAS GENERALISTAS

FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS

FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL

SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>. Acesso em: 9 maio 2017.
- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.